

ATAQUES AOS DIREITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS



A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO SINDICAL NO CONGRESSO NACIONAL

PLP 257/2016

AUTORIA: DILMA VANA ROUSSEF



Trabalhamos na Câmara dos Deputados pela retirada do projeto dos danos aos servidores públicos.

Não somos responsáveis pela má administração dos Governadores.



PACOTE DE MALDADES CONTRA O SERVIDOR

- 1. Alongamento oneroso da dívida dos Estados
- 3. União poderá receber bens, direitos e participações acionárias em sociedades empresárias, controladas por estados e DF, como contrapartida à amortização
- 5. Possibilita Regime Especial de Contingenciamento
 - 7. Estabelece 3 estágios de ajuste da despesa para fins de cumprimento do limite concebido.

- 2. Intenso ataque aos direitos dos servidores e intervenção no controle mediante monitoramento e avaliação dos estados
- 4. Considera Aposentadorias e Pensões como "Despesas de Pessoal"
- 6. Limita o gasto público primário a percentual do PIB redefinido no PPA
- 8. Garantia de remuneração da sobra de caixa dos bancos
- 9. Transforma a União em seguradora internacional de investimentos



ESTABELECE MECANISMOS AUTOMÁTICOS DE AJUSTE DA DESPESA

Exposição motivos

- 38. As ações do primeiro estágio seriam em linhas gerais:
- (i) vedação da criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras, que impliquem aumento de despesa;
- (ii) suspensão da admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento, aquelas que não impliquem em aumento de gastos e as temporárias para atender ao interesse público;



- (iii) vedação de concessão de aumentos de remuneração de servidores acima do índice de inflação oficial prevista;
- (iv) não concessão de aumento real para as despesas de custeio, exceto despesa obrigatória, e discricionárias em geral;
 - (v) redução em pelo menos dez por cento das despesas com cargos de livre provimento."

DISCURSO PRA APROVAR O PLP 257/16

FALÁCIA

"...assegurar a manutenção da estabilidade econômica, crescimento e conômico e sustentabilidade intertemporal da dívida pública"



SOLUÇÃO:

Se submetidas a uma auditoria, tanto as dívidas dos Estados como a dívida federal seriam em grande parte anuladas!



CONSIDERAVA APOSENTADORIAS E PENSÕES COMO "DESPESAS DE PESSOAL"

Exposição motivos:

Vale destacar alterações no art. 18 da LRF para deixar mais claro que os gastos com pensionistas e aposentados devem ser computados como outras despesas de pessoal, bem como aqueles relacionados à terceirização de mão-de-obra ou qualquer forma de contratação de pessoal de forma indireta, inclusive por posto de trabalho, que atue substituindo servidores e empregados públicos. Ainda nesse sentido especifica-se que na apuração da despesa total com pessoal deverá ser observada a remuneração bruta do servidor, nela incluídos os valores retidos para pagamento de tributos.



MOBILIZAÇÃO NACIONAL





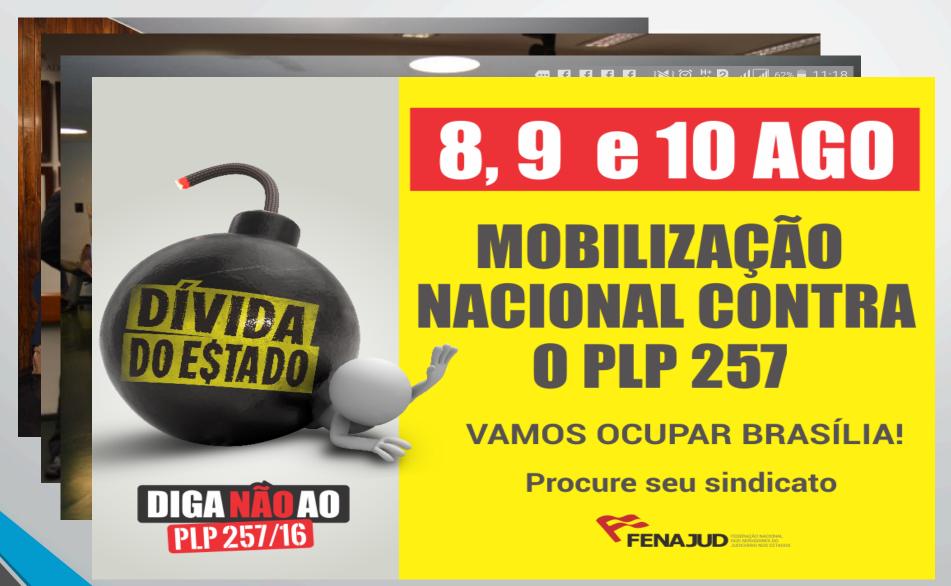
Servidores do Judiciário e MP são contra renegociação da dívida dos estados...

www.conjur.com.br

http://www.conjur.com.br/2016jul-28/servidores-judiciario-mp-saonegociar-dividas-estados

A Federação dos Servidores do Judiciário dos Estados (Fenajud) afirma que o projeto "causará um prejuízo imensurável ao serviço público do Brasil". A entidade convocou, nessa quarta (27/7), todos os representantes de servidores do Judiciário para uma mobilização de três dias.

MOBILIZAÇÃO PARA RESISTIR CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS



MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA = MUDANÇAS NO PLP 257



MUDANÇAS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL RETIRADO.

Inseria novas despesas a serem computadas como gasto de pessoal ocasionando enorme desrespeito ao limite de gastos com pessoal, culminando inevitavelmente em demissões em massa de servidores públicos.

MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

RETIRADO.

Exigia o aumento das alíquotas dos atuais 11% para 14% para os servidores e de 22% para 28% quanto à parte patronal.



MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA = MUDANÇAS NO

PLP 257

Reforma do regime jurídico dos servidores ativos e inativos, civis e militares, para limitar os benefícios, as progressões e as vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União. -**RETIRADO**

Congelamento de salários e proibição de contratações por 24 meses. -RETIRADO quando da votação de destaque.

Também foram retiradas normas relativas incentivo de venda (privatização) de empresas públicas para saneamento das dívidas dos Estados, bem como de autorização para que a União arcasse com operações de garantia (seguro) perante organismos financeiros multilaterais.



□ PLP 257/2016 Com derrubada do congelamento de salários dos servidores, Câmara aprova renegociação das dívidas estaduais





















MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA = MUDANÇAS NO PLP 257

REDAÇÃO **APROVADA** (o art. 4°, inc II, retirado por votação de destaque

Renegociação mais vantajosa aos Estados, com a inclusão de carência no pagamento da dívida, diminuição de juros, entre outros pontos que não constavam de forma tão benéfica no projeto de Lei original.

Inclusão de teto de limite de gastos aos órgãos públicos, limitando o crescimento dos gastos globais à inflação do ano interior (IPCA) – MANTIDO.





ATAQUE AOS SERVIDORES NA PEC 241/2016 AUTORIA: MICHEL TEMER

A prioridade da PEC 241, que será complementada pela reforma da previdência:

- 1) a dispensa de servidor por insuficiência de desempenho,
- 3) restrições na concessão pensões, nas aposentadorias por invalidez e no auxílio-doença;
- 2) a mudanças nos critérios de progressão e promoção de servidores
- 4) novo arrocho na concessão do abono do PIS/ Pasep e do seguro-desemprego.



Proibição de qualquer medida que amplie a despesa, como:

1) de reajuste salarial

- 2) de criação de novos cargos ou funções;
 - 3) de reestruturação de carreira;
 - 4) realização de concursos públicos.



ATAQUE AOS SERVIDORES NA PEC 241/2016





REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



A Reforma da Previdência Social visa retirar direitos dos trabalhadores do setor privado, urbanos, rurais e dos servidores públicos. 1 – Fixar em 65 anos como idade mínima;

2 – Desindexar o salário mínimo de todos os benefícios sociais e retirar o aumento real conforme o PIB até dos aposentados que recebem 1 (um) salário mínimo;

4 – Pensões por morte, a viúva recebe somente a metade (50%);

5 – Previdência rural;

3 – Acabar com a diferença de regras entre homens e mulheres;

6 – Convergência dos sistemas previdenciários.



PONTE PARA O ABISMO (FUTURO)

- Desvinculação do Salário Mínimo;
 - Reforma da Previdência Social;
 - Desvinculação das verbas da saúde e educação;





- Negociado sobre o legislado;
 - Fim da estabilidade para o servidor público.

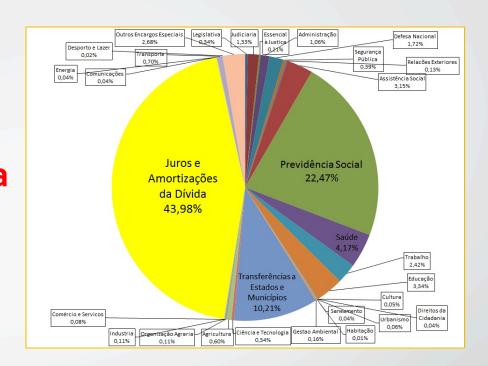


SAÍDAS PARA A CRISE

- Auditoria Cidadã da Dívida Pública
 - Aprovar a PEC 555/2006 isenta a contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos;
 - Reforma Tributária;

- Tributação de grandes fortunas;
- Diminuir a taxa de juros;
 - Combater a sonegação, fraude e fortalecer a fiscalização;
 - Executar os 135 grandes devedores da União (arrecadando mais de R\$ 272 bilhões, conforme AGU)







NAS PRINCIPAIS FRENTES EM DEFESA DO SERVIDOR E DO SERVIÇO PÚBLICO







Fenajud participa do lançamento da Frente pela Auditoria da Dívida

Share 10 4 curtir 23 Tweet 1 in Share 0 Postered 0 MEmail 0

Publicado em 11/08/2016 | 14:52

Representações sindicais, movimentos sociais, deputados e senadores lançaram, nesta terça-feira (9), a Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, na Câmara dos Deputados. A Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados esteve no local e manifestou apoio a causa.

O importante lançamento se dá ao tempo em que a dívida pública é apontada como justificativa para uma série de duras medidas impostas a toda população, como o PLP 257/2016, a PEC 241/2016 e a PEC 31/2016. Momento oportuno também para garantir a efetivação da auditoria da dívida nas diretrizes orcamentárias para o próximo ano.

O evento, segundo sindicalistas, marca a união de diversas entidades em torno de uma luta histórica, capitaneada pela Auditoria Cidadã da Dívida, com o objetivo de assegurar a previsão Constitucional (art. 26 do ADCT), que impôs a averiguação do endividamento brasileiro.

























ARTIGOS



Chega de mimimi: o Estado é o responsáv pela Previdência de Minas



Judiciário é questão d acesso à informação



os Leões permanece erte



REFERÊNCIAS

WWW.CAMARA.GOV.BR;

WWW.SENADO.GOV.BR

WWW.AUDITORIACIDADA.ORG.BR

WWW.FENAJUD.ORG.BR

WWW.GOOGLE.COM.BR

• www.diap.org.br;

• www.dieese.org.br

• www.wikipedia.com.br

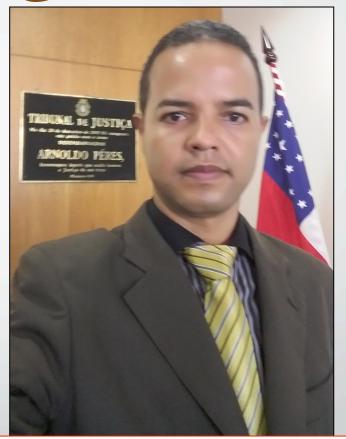


OBRIGADO A TOD@S



O AO PLP 257/16

NÃO VAMOS PAGAR A CONTA!





ISRAEL BORGES

Segundo Secretário

(61) 9967-4153

israelborges@fenajud.org.br